



PARTICIPAÇÃO SOCIAL E USO DE TICs NA REVISÃO DO PLANO DIRETOR ESTRATÉGICO DA CIDADE DE SÃO PAULO 2013-2023

**FABIANA ROBLES RODRIGUES ALVES
GABRIELA DE BRELÀZ**



PARTICIPAÇÃO SOCIAL E USO DE TICS NA REVISÃO DO PLANO DIRETOR ESTRATÉGICO DA CIDADE DE SÃO PAULO 2013-2023

Fabiana Robles Rodrigues Alves
Gabriela de Breláz

RESUMO

A participação da sociedade civil na discussão e elaboração de políticas públicas é uma forma de aprofundar a democracia. Se forem utilizados de maneira adequada, os novos meios de comunicação podem dar visibilidade aos interesses e às necessidades da população. Neste contexto, as novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) têm muito a contribuir já que permitem aos cidadãos participar de discussões que por motivos de tempo, espaço e recursos financeiros, não conseguiria participar, desta forma aproximando e democratizando o acesso de cidadãos do processo de discussão de políticas públicas e de tomada de decisão. Este artigo traz os resultados iniciais de uma pesquisa em andamento que se propõe a analisar a participação existente na revisão do Plano Diretor Estratégico (PDE) da Cidade de São Paulo 2013-2023 e, mais especificamente, o papel das novas TICs com a criação da plataforma digital Gestão Urbana SP. O PDE é um importante instrumento de planejamento municipal que guia a implantação da política de desenvolvimento urbano e norteia a ação dos agentes públicos e privados. Estabelece regras para uso e ocupação dos espaços da cidade, consequentemente, impactando na qualidade de vida dos moradores. Observa-se que as TICs podem ser utilizadas como importante mecanismo de comunicação e participação da população na definição de políticas pública e no fortalecimento da democracia. Esta é uma reflexão extremamente relevante tendo em vista a possibilidade de melhoria da qualidade de vida da população e o papel da participação nesse processo.

1 INTRODUÇÃO

A participação da sociedade civil em diferentes espaços e através de diversos mecanismos é um tema amplamente discutido pela academia como forma de aprofundar a democracia ao trazer os cidadãos para a discussão de diversos problemas que atingem as cidades, as possíveis soluções e a forma como tais soluções se traduzem em políticas públicas (TATAGIBA, 2002, 2004; TEIXEIRA, 2000; LÜCHMANN, 2007, 2008; AVRITZER, 2002, 2003, 2009; SANCHEZ, 2004; WAMPLER, 2007; LAVALLE; HOUTZAGER; CASTELLO, 2006).

Autores como Dagnino (2002, 2007), Nobre (2004), Elster (1998), Pateman (1970), Young (2006) e Luchmann (2007) discutem a importância da participação popular dentro de um contexto de democracia participativa, que ressalta o papel da participação da sociedade civil na discussão de assuntos que a afetam diretamente e como forma de controle social. Os defensores da democracia participativa, de acordo com Dagnino (2011), defendem que a sociedade civil se engaje em um papel de ativismo político e as visões mais radicais dentro da corrente defendem que a sociedade não se limite apenas a influenciar aqueles que estão no poder, mas que a sociedade deve também participar do processo de tomada de decisão junto ao Estado.

A ideia normativa que embasa este estudo não é a de que a participação deve substituir a democracia representativa, mas que é desejável que a participação faça parte de uma democracia representativa, ou seja, representação e participação são complementares e não excludentes.

Novos estudos surgem para entender a qualidade da participação, as relações entre os atores envolvidos e a *accountability* da sociedade civil que participa (DAGNINO; TATAGIBA, 2007; LAVALLE, 2011). De acordo com Maia e Diniz (2012) a administração pública brasileira, em todos os níveis e poderes, tem desenvolvido programas e iniciativas de implementação de TICs para se relacionar e permitir que a sociedade conheça e participe de suas decisões. Contudo, ainda são escassos os estudos que analisam as possibilidades de uso da internet pela sociedade civil e os resultados destes espaços que tem como foco garantir maior acesso às informações públicas, propor leis e políticas públicas; opinar sobre a administração pública; controlar o governo; entre outros.

As TICs têm muito a contribuir já que permitem aos cidadãos participarem de discussões que por motivos de tempo, espaço e recursos financeiros, não conseguem participar, desta forma aproximando cidadãos do processo de tomada de decisão. É fundamental entender como esses novos instrumentos se relacionam e quais os resultados alcançados nas últimas décadas.

2 METODOLOGIA

Esta é uma pesquisa qualitativa de caráter descritivo e que utilizou a técnica do estudo de caso. A pesquisa foi dividida em duas etapas: na primeira foi analisado o referencial bibliográfico sobre participação e TICs e em uma segunda etapa foi feito o levantamento de dados propriamente dito sobre a revisão participativa do PDE de São Paulo. Foram analisados documentos (relatórios da prefeitura, notícias em jornais e de outros meios de comunicação) e realizadas quatro entrevistas com membros da sociedade civil e do governo.

O estudo de caso é um método relevante quando as questões exigem uma descrição ampla e profunda de algum fenômeno social (YIN, 2005). O aspecto exploratório tem intenção de trazer informações importantes que poderão ser analisadas e ampliadas em futuras pesquisas. O aspecto descritivo deve-se a base das observações, registros e análises, visando a maior exatidão possível.

Em relação a quem participa nos encontros presenciais e audiências públicas observou-se uma diversidade de indivíduos, o que levou a estabelecer uma classificação da participação usando como base as listas de presença disponibilizadas pela Prefeitura de São Paulo com o nome dos participantes e suas afiliações, tema abordado (primeira etapa do processo) ou local da reunião (segunda etapa do processo). Para fins desta pesquisa estes dados foram reorganizados. Assim, a classificação que se usou para os indivíduos é a forma como estes se apresentam nas audiências públicas. Aqueles que não se identificam são classificados como munícipes.

Foram estabelecidas também duas formas de reuniões: temáticas e regionais. As reuniões temáticas foram subdivididas em: abertura; os objetivos da revisão do PDE e a cidade que queremos; uso e ocupação do solo; investimentos prioritários; planos regionais e planos de bairro; mobilidade urbana; habitação e meio ambiente; instrumentos de política urbana. As reuniões regionais foram subdivididas pela subprefeitura que serviu de base¹. Cada etapa da revisão do PDE foi descrita, dando ênfase para as contribuições e impacto das TICs no acesso do cidadão à discussão de políticas públicas.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Participação e democracia

Ha diferentes posicionamentos sobre o papel e o impacto efetivo da participação, mas é inegável a existência de novos arranjos institucionais que guiam organizações civis e atores coletivos como porta-vozes da sociedade civil e que geram faculdades de representação extraparlamentar. Nas últimas décadas as inovações surgem como pluralização na representação política (LAVALLE, 2011).

De acordo com Gomes (2005) observa-se a distância imposta da realidade a um padrão de democracia considerado ideal devido ao sistema de práticas, instituições e valores da política atual. A falta de efetividade da participação dos cidadãos nos negócios públicos aumenta, ainda mais, o desinteresse político. Para o autor, falta inserir nos valores dos cidadãos o sentido de efetividade das práticas políticas civis. Para Barber (2000) na política própria do governo representativo, o cidadão assume uma função passiva, tendo um papel ativo apenas nas eleições. Neste contexto, o mandato delegativo estabelece a autonomia do representante, podendo priorizar interesses da nação sobre interesses particulares dos eleitores (LAVALLE; HOUTZAGER; CASTELLO, 2006).

¹ Aricanduva, Butantã, Campo Limpo, Capela do Socorro, Casa Verde, Cidade Ademar/Alvarenga, Cidade Tiradentes, Ermelino Matarazzo, Freguesia do Ó, Guaianases, Ipiranga, Itaim Paulista, Itaquera, Jabaquara, Jaçana/Tremembé, Lapa, M'Boi Mirim, Parelheiros, Penha, Perus, Pinheiros, Pirituba, Santana/Tucuruvi, Santo Amaro, São Mateus, Sé, V. Maria/V. Guilherme, Vila Mariana, Vila Prudente/Sapopemba.

Para autores como Farah (2001), a participação política transborda as eleições e o legislativo encaminhando-se para o controle social nas funções executivas do governo. A governança democrática participativa tenta colocar as vozes dos cidadãos diretamente na determinação das agendas políticas, favorecendo aqueles que estão em desvantagem e aumentando a equidade na elaboração de políticas (FUNG, 2004). Destaca-se que os mecanismos de participação exigem novas formas de gestão e de governança ao considerar o cidadão não apenas como objeto da ação, mas como participante da definição da agenda política, da sua implementação e do seu monitoramento (CUNHA, MIRANDA, 2013).

Para Fung (2006) a participação estabelece três valores democráticos: a legitimidade, a justiça e a eficiência da ação pública. Mecanismos de participação não são uma alternativa para a política representativa, mas podem completá-la. “A deliberação é um processo de discussão pública no qual os participantes oferecem propostas e justificações para sustentar as decisões coletivas” (FUNG, 2004, pág. 179), desta forma, as decisões resultantes podem ser mais justas porque resultam de razões, de amplas perspectivas.

Em 2014, a participação da sociedade civil foi amplamente discutida com a Política Nacional de Participação Social (PNPS) e o Sistema Nacional de Participação Social (SNPS) instituídos pelo Decreto n. 8243 de 2014 e posteriormente rejeitados pela Câmara dos Deputados. O debate foi colocado além do terreno da democracia representativa para as práticas de participação social por meio da sociedade civil ou por intermédio de instituições participativas (IPs). Estas têm sido criadas e multiplicadas com diferentes desenhos (conselhos, conferências, orçamentos participativos, entres outros) nas três esferas do governo. O decreto representou um avanço para a democracia, pois reconhece e explicita a participação social como direito do cidadão. (GONÇALVES; BRASIL; CANEIRO, 2014). Entretanto, a sua rejeição mostrou uma limitação na compreensão da participação como parte de uma democracia representativa.

3.2 Identificando os participantes: quem participa?

O processo de colonização do país estabeleceu uma esfera pública fraca e ampla esfera privada baseadas na desigualdade social. Com isso a sociedade política se organiza de forma vertical, com baixa tendência ao associativismo. A partir dos anos 70 surge o que denominamos “sociedade civil autônoma e democrática” com o crescimento das associações civis, principalmente as comunitárias, com a reavaliação de direitos, a defesa da autonomia de organizações em relação ao Estado e de formas públicas de apresentação de demandas (AVRITZER, 2004).

O estabelecimento de novas formas de articulação entre Estado, sociedade civil e mercado leva a inclusão de novos atores na formulação e implementação de políticas públicas locais, incluindo a comunidade organizada, organizações não governamentais e o setor privado empresarial. (FARAH, 2001).

Mecanismos de participação variam em três importantes dimensões: quem participa; como os participantes se comunicam uns com os outros e fazem importantes decisões, e como a discussão está ligada com as práticas do governo (FUNG, 2006). A qualificação do tipo de ação coletiva contribui para organizar e conscientizar a sociedade, ou seja, não são apenas reativos, pois muitos deles colocam como objetivo a construção de uma sociedade democrática, lutam por novas culturas e contra a exclusão. Muitas ações se tornam movimentos sociais de fiscalização e controle social das políticas públicas, atuando em fóruns, conselhos ou câmaras. Em escala local, regional ou nacional, esses processos são denominados de democracia deliberativa (GOHN, 1997).

3.3 A questão urbana

Quando se discute a participação, o âmbito da cidade ganha destaque dado que é neste âmbito que as pessoas podem discutir e tomar decisões sobre temas que tem impacto direto em suas vidas. Neste contexto, a Constituição de 1988 teve grande contribuição dado que esta incorporou o princípio de descentralização política, influenciando diretamente na participação da sociedade civil (Nogueira, 1997). Farah (2001) afirma ser a descentralização parte de um processo em busca da democratização da gestão e das políticas públicas, ampliando a participação de atores envolvidos com o intuito de alcançar respostas regionalizadas.

Em relação à questão da moradia temos os grupos que atuam no plano institucional, formados por intelectuais da década de 1980 e que, com a Constituição de 1988, assumem frente atuando no plano jurídico como assessores a movimentos ou a parlamentares eleitos, obtendo resultados como o Estatuto da Cidade e pressionando o poder público. Os movimentos de associações de moradores diversificaram-se. Na atualidade, os movimentos deixam de atender apenas os necessitados e passa a fazer referência inclusive à classe A, isto porque os problemas se tornaram complexos de forma a atingir todas as classes sociais. O fórum nacional de reforma urbana surgiu em 1987 destacando a necessidade de planos estratégicos com operações urbanas, a revisão da legislação e a adoção de modelos de gestão com parcerias e como uma de suas maiores conquistas estabeleceu o Estatuto da Cidade. Em 2007 institucionalizou-se o conselho nacional das cidades, no qual governo e sociedade discutem políticas públicas para as cidades (GOHN, 1997).

3.4 Participação e o uso de TICs

Em 1990, a internet trouxe muitas expectativas em relação às possibilidades de participação democrática dada a amplitude do seu poder de comunicação direta a um baixo custo. Criaram-se novas interações, possibilidades econômicas e políticas e a difusão irrestrita de informações em diferentes formatos (SERRA JUNIOR; ROCHA, 2013). A tecnologia encolhe o espaço e aumenta o tempo, converge causas similares para adquirir reconhecimento político. A democracia digital se dispõe a superar o estágio atual da democracia limitada a eleger representantes e autorizá-los a estabelecerem decisões políticas, pois as novas tecnologias tem o potencial de ir além da agregação mecânica, fomentando e introduzindo aspectos deliberativos (ROSSETTO; CARREIRO, 2012).

Um exemplo de participação social virtual é o Orçamento Participativo Digital (OPD) de Belo Horizonte que existe desde 2006. O OP é um mecanismo de discussão pública sobre o orçamento municipal, em que o gestor compartilha com a sociedade as decisões sobre parte do orçamento público. Trata-se de uma oportunidade dos cidadãos se envolverem nas questões públicas, na justiça

redistributiva e possibilidade de reformar o processo de tomada de decisão nos municípios. O OPD traz mudanças em relação ao tradicional OP, pois as pessoas não precisam participar fisicamente das discussões e votações de OP, pois podem fazer isso via internet – votação online, para isso é necessário apenas ter título de eleitor.

As TICs têm ajudado a dar apoio as funções do governo, mesmo que em medida pequena até o momento. Faz algum tempo que elas estão englobadas sob a nomeação de “Governo-eletrônico” (FUGINI, MAGGIOLINI, PAGAMICI, 2005). O governo eletrônico consiste na utilização pelo governo das novas tecnologias da informação e comunicação para prestação de serviços e informações para cidadãos. Ou seja, “e-gov é toda e qualquer interação por meio eletrônico que objetiva, fornecer e obter informações, prestar serviços, bem como transacionar bens e serviços à distância, entre governo e cidadãos, e entre governo e empresas” (MENEZES, FONSECA, 2005, pág. 335-336). O governo-eletrônico deveria tornar o acompanhamento dos governos locais possível pelos cidadãos e proporcionar a participação em processos decisórios, através de passos visíveis e transparentes (FUGINI, MAGGIOLINI, PAGAMICI, 2005).

As TICs passam, assim, a gerar oportunidades e transformar a relação entre o governo e os cidadãos. Podemos dividir a *e-governança* entre três dimensões: a *e-administração pública*, *e-serviços públicos* e a *e-democracia*. “A expressão *e-democracia* refere-se à ampliação da prática democrática utilizando as tecnologias de informação e comunicação” (CUNHA, MIRANDA, 2013, pág. 550). Ou seja, trata-se da comunicação do Estado com o cidadão, não somente através da *accountability*, mas na elaboração e controle das políticas públicas. O termo *e-democracia* contempla o ativismo no exercício pleno da cidadania, não apenas exercício de direitos (CUNHA, MIRANDA, 2013).

Muitos concordam que a tecnologia poderá transformar a política, entretanto não há um consenso sobre o aspecto e a importância dessa transformação (FUNG, 2013). Gomes (2005) identifica como pontos positivos da internet: a superação dos limites de tempo e espaço para a participação política (não há restrição de conteúdo e número); a extensão e qualidade do estoque de informação online; comodidade, conforto, conveniência e baixo custo: o usuário utiliza seu próprio ritmo, prescindindo de requisitos formais; facilidade e extensão de

acesso, com maior abertura e transparência; ausência de filtros o que permite livre fluxo de informação; interatividade e interação através de canais de mão dupla entre cidadãos e sociedade política com a queda da passividade do público e criação de fluxos horizontais de comunicação entre os cidadãos; oportunidade para vozes minoritárias ou excluídas, como os jovens.

Segundo Fung (2013), as Tics possibilitam reduzir os custos de aquisição de grandes quantidades de informação, além de criar espaços para se criar e expressar todos tipos de pontos de vista com rápida disseminação.

Geralmente conteúdos são controlados por algumas entidades, com isso a internet pode melhorar a democracia na medida em que torna a esfera pública “mais acessível e menos concentrada”. Aumentar a acessibilidade da população pode proporcionar uma reflexão maior e com os pontos de vista dos cidadãos (FUNG, 2013).

Por outro lado, há um amplo grupo crítico em relação a sua utilização, identificando-se como pontos negativos: a qualidade da informação; a desigualdade de acesso seja esta de natureza cognitiva (informação e conhecimento), cultural (valores) ou instrumental (meios e modo); predominância dos meios de massa que tendem à simplificação de questões relevantes e a distorções; dificuldade de acesso ao sistema político que continua fechado, pois um meio de comunicação, não é capaz de modificar um sistema político; uso da internet apenas com fins informativos e não participativos.

A tecnologia se torna um espelho da sociedade, diferentes tecnologias podem gerar uma diferente política, mas tudo depende do contexto social (BARBER, 2000). Não se trata apenas de possuir novos meios que possibilitem a participação, mas sim de como promover essa participação de fato.

Pinho (2011) questiona até que ponto a internet pode mudar a forma tradicional de fazer política. Segundo os otimistas estaríamos transformando a democracia representativa em democracia plebiscitária, aumentando a participação dos cidadãos nas decisões do governo pelo voto eletrônico. Rompendo com o poder da mídia, o computador e a internet possibilitariam a produção coletiva, colaborativa e distributiva da informação.

A existência de mecanismos de participação digital não provoca automaticamente a participação política nem sustentam a democracia. Quem acredita que a tecnologia por si só vai introduzir política diferente pode se decepcionar, muitos governos tornam o cidadão apenas consumidor de seus serviços. Outro medo se torna o fato de a tecnologia se tornar monopolizada, podemos acreditar que a tecnologia se relaciona com o pluralismo, a liberdade, por diferentes opiniões e acesso de todos, mas nos esquecemos de que está pode ser dominada (BARBER, 2000). Há ainda um debate a cerca de a multiplicidade desses espaços institucionais de participação poderem estar pulverizando a representação, criando-se muitos e pequenos espaços de difícil diálogo entre si (MARTINS, 2003).

Novo começo da era digital, muitos pensaram que a principal contribuição das TICs para a democracia seria criar a conexão direta entre os cidadãos e os políticos. Entretanto, as soluções para aumentarmos a democracia pode estar muito mais em inovações políticas do que em tecnológicas. Muitos políticos não oferecem modos de participação digital por verem pouco ganho e muitos riscos (FUNG, 2013).

Com a expansão da internet, novos atores sociais procuram se apropriar da tecnologia na relação com outros. Segundo Vaz (2003), dependendo do acesso que se tem à informação, ela pode estabelecer integração ou dominação, oportunidade ou marginalidade. A democracia eletrônica envolve a necessidade do acesso à população, envolvendo além do conjunto de ferramentas, o conhecimento de utilização, o que leva ao fenômeno denominado “divisão digital” (CUNHA, MIRANDA, 2013). Autores alertam para a possibilidade de divisão da sociedade entres os conectados e os isolados. “A exclusão digital deve ser entendida como um processo associado à exclusão social” (VAZ, 2003, pág. 7).

Entretanto há aqueles que acreditam que os meios digitais vão dar voz para determinadas classes excluídas e com isso mudar o papel do discurso público. Alguns acreditam que isto irá melhorar a qualidade da democracia na esfera pública (FUNG, 2013).

Em um país onde os analfabetos funcionais são muitos a possibilidades de mudanças através da tecnologia são relativizadas, dando espaço ao que chamamos de analfabetismo funcional digital (PINHO, 2011). As instituições devem oferecer treinamento para criar participantes informados, pois os mais articulados podem ser favorecidos em detrimento dos mais necessitados (FUNG, 2004).

Apesar dessas visões antagônicas, é aceitável que o uso das TICs irá de encontro à expansão da participação. Entretanto, o exercício da democracia através de meios digitais tem como requisito o incentivo a uma educação cívica que motive os cidadãos e os torne aptos a usar novas ferramentas (CUNHA, MIRANDA, 2013). Para que este estágio seja colocado em prática são necessários alguns pré-requisitos, como uma avançada infraestrutura de redes, um quadro jurídico-institucional adequado, uma mudança cultural e comportamental. Como resistência a disseminação do governo eletrônico podemos destacar as barreiras políticas, tecnológicas e culturais. Assim, torna-se necessário uma mudança cultural tanto dos funcionários e colaboradores do governo, quanto da população, sendo necessária uma educação digital (MENEZES, FONSECA, 2005; CUNHA, MIRANDA, 2013).

Outra questão relevante trata dos diferentes papéis que as TICs podem assumir em diferentes países. Estas podem gerar muitas oportunidades em países como Egito e Tunísia, mas não ter o mesmo papel em lugares onde a liberdade de expressão é garantida, como no Brasil (FUNG, 2013).

4 ESTUDO DE CASO: PLANO DIRETOR ESTRATÉGICO E O PROCESSO DE REVISÃO PARA A CIDADE DE SÃO PAULO 2013-2023

Até 1980 era nítida a exclusão da sociedade no processo de formulação de políticas públicas (FARAH, 2001). A pressão política de movimentos sociais e organizações civis garantiu a participação na Constituição de 1988. Uma inovação significativa foi a participação popular na reforma urbana e na administração municipal, levando a produção de códigos municipais, leis orgânicas e planos diretores (AVRITZER, 2004). Posteriormente, a criação do Estatuto da Cidade em 2001 estabeleceu que o plano diretor deveria englobar a totalidade do território municipal, sendo obrigatório para municípios com mais de 20 mil habitantes. No capítulo IV do Estatuto se estabelece a obrigação de administradores municipais garantirem debates, audiências públicas e conferências, planos, leis e até o orçamento participativo (AVRITZER, 2004).

Assim, planejar democraticamente o futuro da cidade de forma a integrar os diversos agentes sociais, econômicos e políticos que a compõem, na discussão, é o desafio que o Estatuto da Cidade impõe aos Planos Diretores. A cidade é vista como forma de inclusão social e não apenas como um objeto físico (ULTRAMARI, REZENDE, 2008; MARTINS, 2003).

A legislação exige que o instrumento seja elaborado com efetiva participação da sociedade, indicando quatro métodos: os órgãos colegiados de política urbana nos níveis nacional, estadual e municipal; audiências e consultas públicas; conferências sobre assuntos de interesse urbano e iniciativa popular sobre projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano (VIEIRA, et al., 2013). A existência de uma lei não é segurança real da participação social, mas se torna um mecanismo fundamental ao criar condições necessárias para formação de uma sociedade participativa (ANTONELLO, 2013).

Como hipótese para a pouca presença popular em reuniões e audiências referentes à elaboração de instrumentos políticos, dentre os quais se enquadra o PDE analisado neste trabalho, estão: o desconhecimento sobre tal instrumento e sua importância, desconhecimento de aspectos técnicos e entendimento de que estes serão necessários para participação, descrença e desmobilização por falta de resultados práticos, levando a ideia de que a participação seja perda de tempo já que determinados interesses serão priorizados, pouca eficácia na divulgação das atividades e a falta de tempo dos cidadãos. Segundo Gomes (2005) falta conhecimento civil sobre a vida pública e conjunturas políticas, interesse por parte dos cidadãos e meios e oportunidades de participação. Para o autor, a participação se tornou reduzida a movimentos sociais “profissionalizados” e manifestações públicas esporádicas controladas pelo governo ou pela mídia: “São raras e pouco efetivas as oportunidades de participação civil mediante discussão pública dos negócios públicos,” (pág. 6).

O Plano Diretor Estratégico (PDE) é um instrumento de planejamento do desenvolvimento urbano, estabelece regras para usarmos e ocuparmos os espaços da cidade, garantindo maior qualidade de vida para os moradores. Com base em

seus objetivos priorizam-se investimentos². Não há um conteúdo padronizado, ou seja, deve ser determinado conforme as características socioeconômicas, políticas e geográficas do município. O instrumento deve ter como conteúdo o uso do solo urbano, a expansão urbana, o parcelamento do solo urbano, a habitação, o saneamento básico e os transportes urbanos, além da delimitação das áreas urbanas. Na medida em que o contexto local determine, o plano deve considerar a zona rural (BRAGA, 1995). Trata-se de um conjunto de propostas para o futuro desenvolvimento a partir de um diagnóstico da realidade da cidade. Essas propostas são de curto, médio e longo prazo e devem ser aprovadas por lei municipal. (VILLAÇA, 1999).

A I Conferência Nacional das Cidades foi realizada em 2003 com objetivo de criar fóruns de discussão e resultou na eleição e composição do Conselho das Cidades (ConCidade). A resolução 25 do ConCidade estabelece diretrizes para elaboração de um plano diretor participativo, sendo que o artigo 40 do Estatuto da Cidade estabelece que o plano deve ser revisto a pelo menos cada dez anos. (ANTONELLO, 2013).

4.1 A Revisão Participativa do PDE

A lei 16.050 sancionada em 31 de julho de 2014 pelo atual prefeito Fernando Haddad dispõe sobre a Política de Desenvolvimento Urbano, o Sistema de Planejamento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo³.

² De acordo com a prefeitura de São Paulo, os principais objetivos do plano são: ampliar as oportunidades de trabalho com distribuição na cidade toda; melhorar a qualidade do transporte coletivo público e as condições para ciclistas e pedestres reduzindo congestionamentos; maior aproveitamento dos terrenos ao longo dos principais eixos de transporte coletivo com moradias e trabalho; diminuir os impactos negativos dos empreendimentos e infraestruturas; proteger e recuperar o patrimônio ambiental; proteger e recuperar diversos patrimônios culturais; ampliar o acesso às terras urbanas para a produção habitacional de interesse social; melhorar as condições de vida e de moradias nas favelas e loteamentos irregulares com regularização fundiária; solucionar os problemas nas áreas com riscos de inundações, deslizamentos e solos contaminados existentes e prevenir o surgimento de novas situações vulneráveis; melhorar a oferta de serviços, equipamentos e infraestruturas urbanas nos bairros; promover espaços urbanos qualificados para grupos sociais vulneráveis; fortalecer o planejamento e a gestão urbana, descentralizados com participação e controle social (Prefeitura de São Paulo, 2014).

³ O Plano estabelece um projeto fundamentado em determinados princípios: a função social da cidade e da propriedade urbana, a equidade e inclusão social e territorial, gestão democrática, e o direito a cidade. Para atingir estes princípios são propostas três grandes estratégias: a estruturação metropolitana, os eixos de estruturação da transformação urbana, e a aplicação de instrumentos

A revisão deste instrumento que guia o planejamento da cidade foi submetida a um processo participativo. O debate público combinou a participação presencial e canais eletrônicos. No total foram realizadas 5.684 propostas pela sociedade em encontros presenciais e 4.463 pela internet totalizando 10.174 propostas (Prefeitura de São Paulo, 2015).

De acordo com Nuria Pardillos Vieira⁴, Assessora de Participação Popular e Comunicação da SMDU, observou-se uma grande carência por espaços de participação em São Paulo. O grande desafio na discussão do PDE seria o de realizar uma revisão participativa em um curto espaço de tempo, seis meses e, ao mesmo tempo, garantir uma grande densidade populacional. Assim a estratégia de revisão do plano diretor estratégico baseou-se na utilização de uma ferramenta eletrônica (Plataforma Gestão Urbana SP) que permitiria garantir uma maior densidade, processos participativos presenciais inovadores (oficinas participativas e workshops de coprodução de propostas) e através da manutenção de mecanismos tradicionais como, por exemplo, as audiências públicas.

O processo de revisão buscou ampliar a participação. As atividades participativas presenciais (seminários, oficinas, audiências públicas e diálogos com segmentos) e as Plataformas Participativas Digitais foram conduzidas por um processo democrático: “O debate com a sociedade significa um substancial incremento de qualidade e o amadurecimento necessário que uma Lei de tamanha abrangência deve ter” (Prefeitura de São Paulo, pág. 2, 2013).

O processo foi dividido em avaliação do plano atual e proposição. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU) definiu quatro etapas para o processo.

4.1.1 A primeira etapa

A primeira etapa da revisão participativa refere-se à avaliação temática do Plano Diretor Estratégico de 2002. Ocorreu em cinco dias, de 27 de abril de 2013 a 26 de junho de 2013, levando a participação de mais de 12.342 participantes.

para fazer valer a função social da propriedade e as ações para redução da vulnerabilidade social e urbana (Prefeitura de São Paulo, 2013).

⁴ Entrevista realizada em 24 de Março de 2015 na Secretaria de Desenvolvimento Urbano de São Paulo.

A etapa foi dividida em doze atividades entre exposição em plenárias e oficinas em grupo, sendo sete temáticas e quatro por segmento, além de contar com a 6ª Conferência da cidade de São Paulo. A abertura se estabeleceu com a apresentação dos desafios da revisão do PDE. Foram abordados os seguintes temas: uso e ocupação de solo, instrumentos de política urbana, habitação, meio ambiente, mobilidade urbana, investimentos prioritários, planos regionais e planos de bairro. Um estudo sobre cada tema foi apresentado antes das atividades (Prefeitura de São Paulo, 2014).

Das seis atividades propostas, quatro contaram com oficinas em grupo que debatiam um tema em comum. Após os debates, foram revistos os pontos positivos e negativos da cidade. As contribuições mais votadas nos grupos foram posteriormente apresentadas nas plenárias com a presença de todos os participantes (Anexo A). O objetivo dessa primeira etapa era avaliar se o PDE de 2002 contribuiu para a melhoria ambiental e habitacional da cidade, resultando em melhor qualidade de vida para os moradores.

Segundo uma sistematização das contribuições nesta primeira etapa pela SMDU participaram 1.804 pessoas com 1.847 contribuições (sendo 430 contribuições na forma de plenária, 1.174 por grupos e 243 através de fichas). Destas contribuições, 64% foram obtidas nas oficinas, 23% nas plenárias e 13% através de fichas individuais que eram disponibilizadas durante o processo. A SMDU classificou e organizou as contribuições por temas e subtemas (ANEXO B).

Fichas foram disponibilizadas durante toda oficina para o participante fazer uma contribuição individual por escrito. As atividades em grupo consistiam em uma dinâmica com base em uma pergunta temática, onde os participantes registravam suas contribuições na forma de cartelas, cada grupo continha no máximo 50 integrantes. As plenárias eram momentos de apresentação das contribuições mais votadas nos grupos e ainda contavam com a inscrição de participantes para falas individuais. (Prefeitura de São Paulo, 2014).

4.1.2 A segunda etapa

A segunda etapa de Revisão do PDE ocorreu em junho e julho de 2013, contando com 5.927 participantes. O objetivo desta fase foi o levantamento de propostas. Foram realizadas 31 oficinas presenciais e 4.424 propostas elaboradas. A avaliação não se baseou nos pontos positivos e negativos do plano anterior, mas na cidade que temos e na cidade que queremos (Prefeitura de São Paulo, 2014). As propostas refletiram um desejo de mudança e procuravam ideias para responder aos grandes desafios que São Paulo precisa enfrentar para se tornar uma melhor cidade para se viver. Houve a apresentação de avaliações como o macrozoneamento e os demais instrumentos de política urbana que impactam no desenvolvimento da cidade (Prefeitura de São Paulo, 2014).

Entre as problemáticas abordadas estavam: a necessidade de ampliar a oportunidade de empregos pela cidade toda, a qualidade dos transportes coletivos e a mobilidade de pedestres e ciclistas, a necessidade de melhor aproveitamento de terrenos ao longo dos eixos de transporte com emprego e moradia, as condições de vida em favelas e loteamentos irregulares e as áreas de risco e inundações. A SMDU definiu os objetivos, a metodologia e os materiais, além do apoio da equipe técnica e dirigente das oficinas. As subprefeituras organizaram a realização das oficinas participativas aos sábados, sendo responsáveis pela organização e a mobilização dos participantes (Prefeitura de São Paulo, 2014).

As oficinas foram realizadas aos sábados durante o dia nas Subprefeituras e contaram com plenárias de abertura, oficinas em grupos, reunião entre os moderadores e responsáveis da SMDU pela oficina para avaliação do trabalho desenvolvido, entrega e conferência de materiais, formulários, atas e fichas de avaliação, encerrando-se novamente com uma plenária, onde eram lidas cinco propostas apresentadas pelos participantes de cada uma das salas de trabalho pelo porta-voz de cada uma das salas. A condução dos grupos era feita por moderadores que trabalham nas Subprefeituras e nas secretarias que atuavam no território (ANEXO C). Estes eram orientados por um roteiro metodológico que descrevia passo a passo do trabalho dos grupos, com o objetivo de conduzir uma condução uniforme ao processo participativo. Não era necessário dominar os temas do Plano Diretor Estratégico, pois havia técnicos da SMDU para esclarecer dúvidas dos participantes (Prefeitura de São Paulo, 2014).

4.1.3 A terceira etapa

A terceira etapa do processo, de maio a agosto, envolveu a sistematização das propostas recebidas. A maior parte das 4.424 propostas estava relacionada ao tema da mobilidade urbana (transporte coletivo, condições para ciclistas e pedestres), à oferta de equipamentos e serviços urbanos, ao fortalecimento do planejamento com maior controle e participação da sociedade, além da ampliação do acesso a terras urbanas para habitação de interesse social. De acordo com a Prefeitura, todas as sugestões foram sistematizadas e consolidadas, integrando a minuta de Projeto de Lei. O documento foi baseado em três grandes: a estruturação metropolitana, o desenvolvimento de eixos estruturadores e a redução da vulnerabilidade social e urbana (Prefeitura de São Paulo, 2014).

4.1.4 A quarta etapa

A quarta etapa e última etapa ocorreu de 24 de agosto a 5 de setembro, contou com a participação de 1.421 indivíduos, sendo 220 presenciais e 1.204 através da Minuta Participativa realizada através da Plataforma Gestão Urbana. Foram oito atividades devolutivas regionais e temáticas, cinco atividades devolutivas por segmento e duas audiências públicas (Prefeitura de São Paulo, 2014).

Nas audiências públicas enfatizou-se a necessidade de preencher o formulário padrão disponível na versão eletrônica ou impressa disponível na mesa de credenciamento, foi apresentada a primeira versão da minuta com as propostas da sociedade e as inovações, ao final foi oferecido um tempo para os presentes se inscreverem nas falas. Foram organizados blocos de cinco pessoas, com tempo de três a cinco minutos para cada uma. Após cada bloco, o interventor fez considerações finais, foram inscritos quatorze pessoas (Prefeitura de São Paulo, 2014).

4.1.5 A plataforma digital participativa

Durante todo este processo a população contou com o apoio da plataforma digital participativa Gestão Urbana SP⁵. A plataforma tinha o papel de informar ao cidadão sobre a revisão participativa e suas etapas de maneira simples,

⁵ <http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/>

comunicar as últimas notícias e a agenda de atividades, permitir acesso a documentos úteis para a revisão, como leis e apresentações além de permitir uma participação ativa através de contribuições da sociedade civil (Prefeitura de São Paulo, 2014).

Essa plataforma digital foi criada como um software livre, o que é uma forte tendência quando se discute abertura, transparência e governo eletrônico. Desde o início da revisão fichas de propostas online permitiam o envio de propostas pela internet. Feita para quem possuía conhecimento técnico, permitiu através de um preenchimento passo a passo o envio de contribuições.

Foi proposto também um mapeamento colaborativo que tornou possível apontar diretamente estava bom e o que precisava melhorar na cidade, sugerindo ideias. A Minuta Participativa foi criada para ampliar a interação entre prefeitura e sociedade e permitir que o cidadão comparasse o texto proposto com o vigente e fazer suas contribuições.

A plataforma Gestão Urbana SP funcionou nas quatro fases. A primeira consistiu em uma abordagem nas mídias sociais, sendo seguida da obtenção de propostas e contribuições através de workshops presenciais que ocorreram em todas subprefeituras. No total foram contabilizadas 2.727 propostas através do formulário online e do mapeamento colaborativo. A terceira etapa emitiu um relatório digital com a sistematização de propostas, finalizando a quarta etapa com a Minuta participativa.

Houve maior participação digital nas subprefeituras de Santo Amaro e Lapa. De acordo com a Prefeitura isto ocorreu, provavelmente, ao perfil dos moradores, sendo bairros que hospedam professores, técnicos e profissionais liberais mais interessados em políticas públicas. A Internet fez com que a informação se tornasse mais acessível e que os cidadãos pudessem através de um ambiente digital se aproximar do poder público de uma forma inovadora.

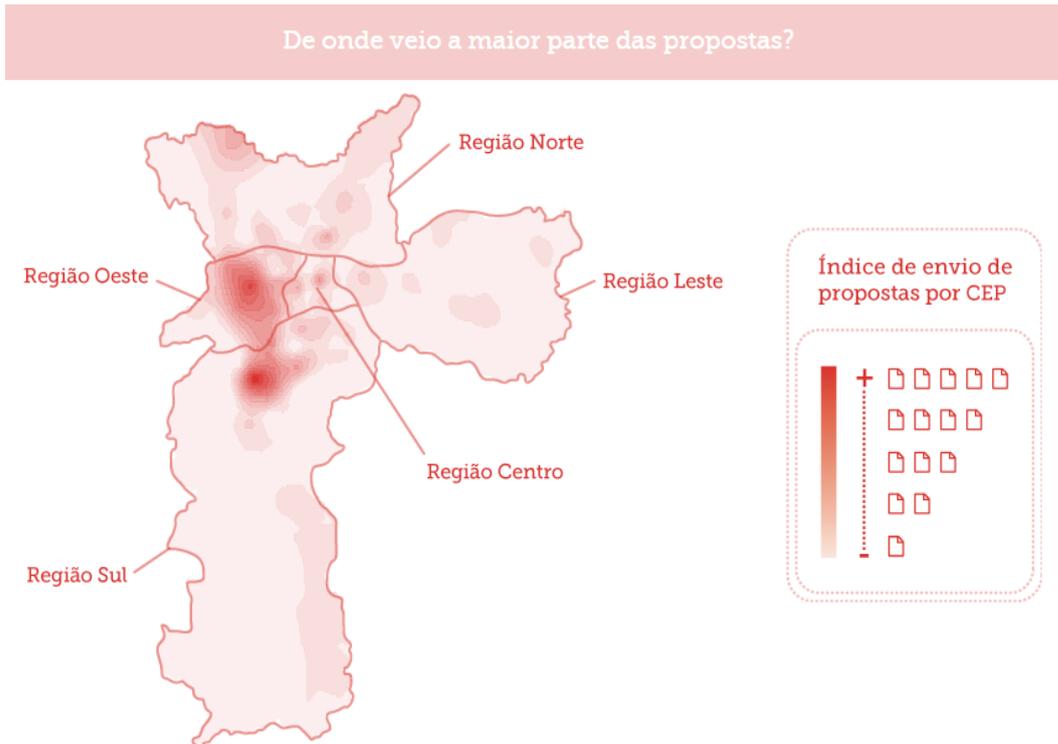


Figura 1: De onde veio a maior parte das propostas?
 Fonte: Prefeitura de São Paulo, 2014.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Através da análise de planilhas disponibilizadas no site da Prefeitura de São Paulo foi possível reorganizar dados para a interpretação da participação nas audiências. É nítida a maior participação de munícipes, ou seja, aqueles que não se apresentam como pertencentes a determinado grupo ou organização, aproximadamente 31,6% do total contabilizado; 14,6%, são representantes de movimentos sociais (com predominância do movimento por moradia, cerca de 10%); associações de bairro e associações comunitárias 12,4%, representantes da Câmara Municipal de São Paulo, 4,9%, membros de conselhos de políticas públicas 3,2%; organizações da sociedade civil 4,7%. Os membros das secretarias municipais, subprefeituras, empresas públicas e autarquias representam 12,8% dos participantes nas audiências. Em relação às contribuições online não foi possível observar o perfil dos participantes a fim de realizar uma classificação.

Entre os temas mais debatidos no processo estão: a necessidade de ampliar as oportunidades de trabalho com distribuição na cidade toda, melhorar a qualidade do transporte público e das infraestruturas urbanas, ampliar o acesso às terras urbanas para a produção habitacional de interesse social, entre outros, buscando assim melhorar a qualidade de vida da população (ANEXO D).

Já em relação ao uso de mecanismos digitais, também foi contabilizado um número expressivo, cerca de 4.463 contribuições. Apesar de estas poderem pertencer ao mesmo cidadão, o que não foi possível identificar, o número é bastante relevante visto que foram 5.684 propostas em encontros presenciais. Houve no total 10.147 contribuições.

Para alguns membros da sociedade civil as audiências foram muito básicas, não contaram com um espaço para se discutir o assunto em um aspecto global. As mudanças com a plataforma foram superficiais e não contavam com espaços para comentários. Não era possível saber se as demandas foram atendidas. Outro aspecto negativo foi à falta de confirmação de recebimento das propostas na plataforma, ou seja, não havia um protocolo, não sendo possível provar o ato da participação. Com um processo tão rápido, sendo a Minuta publicada em setembro e a Câmara votando em novembro, alega-se que não houve condições de uma discussão sólida.

Nesse contexto é sustentada a hipótese de que as TICs podem contribuir para uma maior participação, visto que proporcionam facilidades aos indivíduos. Entretanto, um meio por si só não pode garantir maior participação, é necessário o interesse por parte dos cidadãos e o reconhecimento da importância de determinados instrumentos para uma melhor qualidade de vida, como o Plano Diretor Estratégico.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade contemporânea é definida pelo papel central que a informação tem assumido através das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), principalmente pelo acesso à internet que influencia diretamente a vida do cidadão brasileiro em diversos aspectos, tanto de forma positiva como negativa (PINHO, 2011).

Novos meios de comunicação podem ajudar a dar visibilidade às necessidades da população. Santos (2003) destaca, porém, o fato de que a existência da rede e da ampla possibilidade de conexão, não significa que ela seja democrática. Pozzebon (2003) também destaca a importância de posicionamento crítico e reflexivo na análise de fenômenos complexos no campo de sistemas de informação dado que a tecnologia é um artefato humano que é socialmente construído pelas interações humanas, coalizões e escolhas que são feitas, restringindo e possibilitando a ação humana.

A participação não deve substituir a democracia representativa, mas é desejável que a participação faça parte de uma democracia representativa, ou seja, representação e participação são complementares e não excludentes.

Neste contexto, as TICs têm muito a contribuir já que estabelecem ao aos cidadãos diversas facilidades para participar de discussões que por motivos de tempo, espaço e recursos financeiros são impedidos, desta forma trazendo os cidadãos para a discussão de políticas públicas e aproximando-os do processo de tomada de decisão.

De acordo com a análise da revisão do Plano Diretor podemos perceber como os mecanismos digitais levam ao maior número da participação, já que no processo de revisão 44% das contribuições foram feitas através da plataforma digital. Trata-se de um número relevante para o total de contribuições, entretanto de pequeno perto ao nos referirmos a uma cidade como São Paulo. As contribuições são expressivas se comparadas com as participações presenciais, mas ao mesmo tempo de pequena proporção para o tamanho da população do território. Com isso, fica nítido que os meios digitais podem facilitar, mas estes por si só não irão gerar a participação. É necessária a conscientização da importância da discussão de políticas públicas.

Outros pontos que merecem destaque são a necessidade de tempo para o processo participativo, uma ampla divulgação do processo a fim de comunicar os cidadãos da necessidade e possibilidade da participação, assim como uma significativa conscientização do papel da participação tanto para os munícipes como para os gestores públicos. Sem estes, uma plataforma digital pode se transformar inócua em termos de potencial participativo. Por último, destacamos que a experiência da revisão participativa do PDE pode ser o início de uma política de estado mais ampla que cria um sistema participativo de cidade que não se restrinja a iniciativas pontuais e segmentadas.

7 REFERÊNCIAS

ANTONELLO, I. T. Potencialidade no planejamento participativo no Brasil. *Soc. & Nat.* Uberlândia, 25, pág. 239-254, 2013

AVRITZER, L. *Democracy and the public space in Latin America*. Princeton: Princeton University Press, 2002.

AVRITZER, L., NAVARRO, Z. (Org.). *A inovação democrática no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2003.

AVRITZER, Leonardo (Org.). *Experiências nacionais de participação social*. Minas Gerais: UFMG; São Paulo: Cortez, 2009.

AVRITZER, L. *A Participação em São Paulo*. Editora UNESP, 2004.

BARBER, R. Which technology for which democracy? Which democracy for which technology? *International Journal of Communications Law and Policy*, ed. 6, 2000.

BRAGA, R. Plano Diretor Municipal: três questões para discussão. *Caderno do Departamento de Planejamento*, n. 1, v. 1, pág. 15-20, Presidente Prudente, 1995.

CUNHA, M. A. V. C; MIRANDA, P. R. M. Uso de TIC pelos governos: uma proposta de agenda de pesquisa a partir da produção acadêmica e da prática nacional. *Revista Organização & Sociedade*, v. 20, n. 66, p. 543-566, 2013.

DAGNINO, E, TATAGIBA, L. (Org.). *Democracia, sociedade civil e participação*. Chapecó: Argos, 2007.

DAGNINO, Evelina (Org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DAGNINO, E. Civil society in Latin America. In: EDWARDS, Michael (Ed.). *The Oxford handbook of civil society*. New York: Oxford University Press, 2011, p.122-133.

DINIZ, E. H; BARBOSA, A. F; JUNQUEIRA, A. R. B; PRADO, O. O governo eletrônico no Brasil: perspectiva histórica a partir de um modelo estruturado de análise. *RAP – Revista de Administração Pública*, 4, p. 23-48, 2009.

ELSTER, J. *Deliberative democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

EISENHARDT, K. Building theories from case study research. *Academy of Management Review*, 14, n. 4, 1989, p. 532-550.

FARAH, M. F. S. Parcerias, novos arranjos institucionais e políticas públicas no nível local de governo. *RAP – Revista de Administração Pública*, 35, n. 1, 2001, p. 119-144.

FUGINI, M. G; MAGGIOLINI, P; PAGAMICI, B. Por que é difícil fazer o verdadeiro “Governo-eletrônico”. *Revista Produção*, v. 15, n. 3, 2005, p. 300-309.

FUNG, A; GILMAN, H. R; SHKABATUR, J. Six Models for the Internet + Politics. *International Studies Review*, 15, pág. 30-47, 2013.

FUNG, A. Receitas para esferas públicas: oito desenhos institucionais e suas conseqüências. In: COELHO, Vera S.; NOBRE, Marcos (Org.). *Participação e deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Editora 34, 2004. p. 173-209.

FUNG, A. Varieties of Participation in Complex Governance. Harvard University Forthcoming. *Public Administration Review*, 66: 66–75, 2006.

GOHN, M. Movimentos Sociais e redes de mobilizações civis no Brasil Contemporâneo

GOMES, W. Internet e Participação Política em Sociedades Democráticas. Disponível em: [www.geppic.ufba.br /enlepicc](http://www.geppic.ufba.br/enlepicc). Acesso em 10 Jan 2015.

GONÇALVES, R. B; BRASIL, F. P. D; CARNEIRO R. A Participação Social e o Decreto N. 8.243 de 23 de Maio de 2014: O que há de novo Belo Horizonte

LAVALLE, A. G. Após a Participação: Nota Introdutória. *Lua Nova*, São Paulo, 84, 2011, p.13-23.

LAVALLE, A.; HOUTZAGER, P. P.; CASTELLO, G. Democracia, pluralização da representação e sociedade civil. *Lua Nova*, São Paulo, 67, 2006, p. 49-103.

LÜCHMANN, L. H. H. A representação no interior das experiências de participação. *Lua Nova*, São Paulo, 70, 2007, p. 139-170.

LÜCHMANN, L. H. H. Participação e representação nos conselhos gestores e no orçamento participativo. *Caderno CRH*, Salvador, 21, n. 52, 2008, p. 87-97.

LUHMANN, N. *Teoria política em el estado de bienestar*. Madrid: Alianza, 2007.

MAIA M, Diniz E. O conceito de Esfera Pública Interconectada e o site Webcidadania no Brasil. *Gestão & Regionalidade*, 29, 2012, p. 97-111.

MARTINS, M. L. R, São Paulo: além do Plano Diretor, Estudos Avançados 17, 2003

MENEZES, A. M. F; FONSECA, M. J. M. Governo eletrônico: um novo caminho para a administração pública? *Bahia Analise e Dados*, v. 15, n. 2-3, p. 333-341, 2005.

NOBRE, M. Participação e deliberação na teoria democrática: uma introdução. In: COELHO, V. S. P, NOBRE, M. *Participação e deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Editora 34, 2004. Cap. 1, p. 21-40.

NOGUEIRA, M. A. A dimensão política da descentralização participativa. *São Paulo em Perspectiva*, 11, n. 3, 1997, p. 8-19.

PATEMAN, Carole. *Participation and democratic theory*. London: Cambridge University Press, 1970.

PINHO, J. A. G. Sociedade da informação, capitalismo e sociedade civil: reflexões sobre política, internet e democracia na realidade brasileira, *Revista de Administração de Empresas*, 51, n. 1, 2011, p. 098-106.

POZZEBON, M. *The implementation of configurable Technologies: negotiations between global principles and local contexts*. Doctoral dissertation, McGill University, Montreal, Quebec, Canadá, 2003.

ROSSETTO, G. P. N; CARREIRO, R. Democracia digital e sociedade civil: uma perspectiva do estado atual no Brasil. C&S – Revista Comunicação e Sociedade, v. 34, n. 1, p. 273-296, 2012.

SANCHEZ, F. R. O orçamento participativo em São Paulo (2001/2004): uma inovação democrática. In: AVRITZER, L. (Org.). *A participação em São Paulo*. São Paulo: Editora Unesp, 2004, p. 409-470.

SANTOS, L. G. In: SAVAZONI, R; COHN, S. (Orgs). *Cultura digital.br*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2009.

SÃO PAULO. Revisão do Plano Diretor Estratégico de São Paulo. Disponível em: <http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/revisao-participativa-do-projeto-de-lei-68813/>. Acesso em 27 maio 2014.

TATAGIBA, L. Os Conselhos Gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. In: DAGNINO, Evelina (Org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 47-105.

TATAGIBA, L. A institucionalização da participação: os conselhos municipais de políticas públicas na cidade de São Paulo. In: AVRITZER, Leonardo (Org.). *A participação em São Paulo*. São Paulo: Editora da Unesp, 2004, p. 323-370.

TEIXEIRA, E. C. Conselhos de políticas públicas: efetivamente uma nova

institucionalidade participativa? In: CARVALHO, Maria do Carmo A. A, TEIXEIRA, A. C. C. (Org.). *Conselhos gestores de políticas públicas*. São Paulo: Pólis, 2000, p. 97-120.

ULTRAMARI, C; REZENDE D. A. Planejamento Estratégico e Planos Diretores Municipais: Referenciais e Base de Aplicação. RAC Curitiba, v. 12, n. 3, p. 717-739, 2008.

VAZ, J.C. Uso da Internet pelos governos e promoção da cidadania. UNICSUL, v. 10, 2003.

VIEIRA, R; PEREIRA, L. N; ANJOS, F. A; SCHROEDER, T. Participação popular no processo de planejamento urbano: a universidade como “decodificadora” de um sistema de muitos códigos. Revista Brasileira de Gestão Urbana, v. 5, n.2, p. 115-130, 2013.

VILLAÇA, L., Dilemas do Plano Diretor. Desenvolvimento Físico Territorial

WAMPLER, Brian. Participatory budgeting in Brazil. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 2007.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. São Paulo: Artemed, 2005.

YOUNG, Iris M. Representação política, identidade e minorias. *Lua Nova*, São Paulo, 67, 2006, p. 139-190.



ANEXO A

Foto: Primeira etapa do processo de revisão do Plano Diretor Estratégico
Fonte: Prefeitura de São Paulo, 2014.

ANEXO B

Tema da Oficina	Data	Local	Tipo de atividade		Número de participantes
			Plenária	Grupos	
1. Uso e Ocupação do Solo	27.04.2013 (tarde)	UNINOVE – Barra Funda	Plenária	5 Grupos	375
2. Instrumentos urbanísticos	30.04.2013 (noite)	Centro Cultural São Paulo	Plenária		272
3. Habitação	04.05.2013 (manhã)	UNINOVE – Barra Funda	Plenária	8 Grupos	610
4. Meio Ambiente	04.05.2013 (tarde)	UNINOVE – Barra Funda	Plenária	5 Grupos	
5. Mobilidade	07.05.2013 (noite)	Centro Cultural São Paulo	Plenária		307
6. Investimentos prioritários	11.05.2013 (tarde)	UNINOVE – Barra Funda	Plenária	5 Grupos	240
TOTAL	5 dias com 6 atividades		6 atividades em Plenária	4 atividades em Grupo, no total de 23 Grupos	1.804

Tabela 1: Número de participantes por tema de oficina

Fonte: Prefeitura de São Paulo, 2014.

ANEXO C



Foto: Segunda etapa de revisão do Plano Diretor Estratégico

Fonte: Prefeitura de São Paulo, 2013.

ANEXO D

Objetivos mais debatidos	Propostas das oficinas (%)	Propostas online (%)	Número de propostas no total
Ampliar as oportunidades de trabalho com distribuição na cidade toda	3	13.5	524
Melhorar a qualidade do transporte coletivo público e as condições para ciclistas e pedestres reduzindo congestionamentos	5.1	9.5	466
Maior aproveitamento dos terrenos ao longo dos principais eixos de transporte coletivo com moradias e trabalho	2.1	5.5	242
Diminuir os impactos negativos dos empreendimentos e infraestruturas	1.2	4.6	185
Proteger e recuperar o patrimônio ambiental	3.5	3.6	228
Proteger e recuperar os diversos patrimônios culturais	1.0	1.8	91
Ampliar o acesso às terras urbanas para a produção habitacional de interesse social	6.4	2.3	277
Melhorar as condições de vida e de moradia nas favelas e loteamentos irregulares com regularização fundiária	5.9	1.4	231
Solucionar os problemas nas áreas com risco de inundações, deslizamentos e solos contaminados existentes e prevenir o surgimento	0.8	1.0	58
Melhorar a oferta de serviços, equipamentos e infraestruturas urbanas nos bairros	7.3	5.5	406
Promover espaços urbanos qualificados para grupos sociais vulneráveis	2	3.6	180
Fortalecer o planejamento e a gestão urbana, descentralizados com participação e controle social.	4.3	5.0	296

Tabela 2: Objetivos debatidos e propostas

Fonte: Prefeitura Municipal de São Paulo, 2014.

AUTORIA

Fabiana Robles Rodrigues Alves – Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Escola Paulista de Política, Econômica e Negócios (EPPEN).

Endereço eletrônico: fabiana.rr.alves@gmail.com

Gabriela de Brelaz – Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Escola Paulista de Política, Econômica e Negócios (EPPEN).